

OCUPAÇÕES ILEGAIS E ÁREAS DE MANANCIAL: UM ESTUDO SOBRE PARELHEIROS, ZONA SUL DE SÃO PAULO

¹Anny Lara Salomé Marinho

¹Daniele Garbulha da Silva

¹Isabella de Oliveira Tabachin

²Daniele Silva Freitas

²Mariana Espinossi Roza

²Renan Pena da Silva

1. Estudantes do curso técnico em meio ambiente da ETEC Júlio de Mesquita

2. Docentes do Instituto de Ensino ETEC Júlio de Mesquita

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as ocupações ilegais em áreas de manancial na região de Parelheiros, Zona Sul de São Paulo, enfatizando as relações entre vulnerabilidade social, degradação ambiental e ausência do Poder Público. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, foi realizada por meio de pesquisa de campo, entrevistas com moradores, militantes e representantes de ONGs, além da aplicação de questionários para compreender as percepções da população local e da sociedade em geral sobre o tema.

Constatou-se que a falta de políticas habitacionais eficazes, somada à desigualdade social e à fragmentação entre as políticas ambientais e urbanas, tem agravado o processo de ocupação irregular nas áreas protegidas. As famílias que vivem nessas regiões enfrentam condições precárias de moradia, ausência de saneamento básico, insegurança territorial e constantes ameaças de remoção. Observou-se ainda que o tratamento estatal tende a ser punitivo e excludente, sem promover educação ambiental ou alternativas de habitação sustentável. Assim, o estudo evidencia que o enfrentamento do problema requer ações integradas entre as esferas ambiental e social, capazes de garantir tanto a preservação dos mananciais quanto o direito à moradia digna.

Palavras-chaves: Ocupações irregulares; Mananciais; Parelheiros; Desigualdade social; Políticas públicas; Vulnerabilidade ambiental.

INTRODUÇÃO

A formação socioespacial da cidade de São Paulo é fortemente comandada pelo capitalismo, e assim pode-se notar a existência da influência das classes sociais na distribuição da cidade, onde pessoas de baixa renda se concentram em locais de risco e impróprios para moradia, como a zona sul da bacia do Guarapiranga. Esse cenário de desigualdade e abandono estatal se faz presente em grande parte das áreas necessárias à vida da população, e são frutos da ineficiência do Poder Público.

A zona Sul da Bacia do Guarapiranga (Parelheiros-SP) em que esse trabalho aprofundará seu estudo, é habitada por uma camada social desassistida, onde a confiança no poder público e nas autoridades estatais são inexistentes, por conta da vilanização que o próprio promove sobre si, através de suas abordagens cotidianamente conflituosas, desrespeitosas e agressivas. Essas ocupações são ilegais, por estarem em áreas de manancial, que se trata de “[...] (área de) abastecimento público, fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas.”(MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, BRASIL). Essas regiões têm, pelo Estado, a proibição de moradia prevista na legislação. A Lei nº 12.651/2012, conhecida como Código Florestal, determina que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) não podem ser ocupadas, pois são fundamentais para a manutenção dos recursos hídricos e da biodiversidade (BRASIL, 2012). Parcelas da população com menos recursos financeiros veem nesses lotes uma oportunidade de ter uma casa, ainda que em condições de moradia precárias, visto que, por serem locais teoricamente inabitados por lei e também proibidos pelas mesmas, são isentos de direitos garantidos pela Constituição Nacional de 1988 (BRASIL, 1988), como saneamento básico, energia elétrica, transporte, lazer, Unidades Básicas de Saúde (UBS) etc. Além da falta de acesso ao que foi citado, há também o modo com que o Estado trata essas populações, estando provido de agressão e hostilidade para com os moradores.

Os ocupantes não possuem um esclarecimento sobre o motivo pelo qual o ambiente é afetado pela presença da comunidade, mostrando que mesmo com as investidas do Poder público em trazer abaixo as casas, não existe formação da conscientização

ambiental nessas aproximações, pelo contrário, eles tratam os moradores com agressões verbais e físicas, e possuem um discurso que separa o aspecto social do ambiental, cometendo um erro gravíssimo ao fazê-lo. O medo das autoridades governamentais conciliado com a desconfiança constante, faz com que o problema fique cada vez mais insustentável.

Há também o alarmante fato de que não existe nenhum tipo de tratamento de esgoto, tornando o solo exposto a contaminações e as pessoas vulneráveis a infecções graves. As soluções encontradas para a ausência de água encanada são poços e para o esgoto, a fossa séptica. O medo de ter a casa derrubada é iminente, já que não há aviso prévio, de uma hora para outra o lar construído pode ser demolido pela gestão governamental.

O presente trabalho tem como objetivo compreender a relação entre a ausência do Poder Público, a degradação do manancial e da vegetação e a vulnerabilidade social na ocupação irregular da zona Sul da Bacia do Guarapiranga, investigando as situações sofridas pela população local e a dinâmica existente no distrito de Parelheiros.

METODOLOGIA

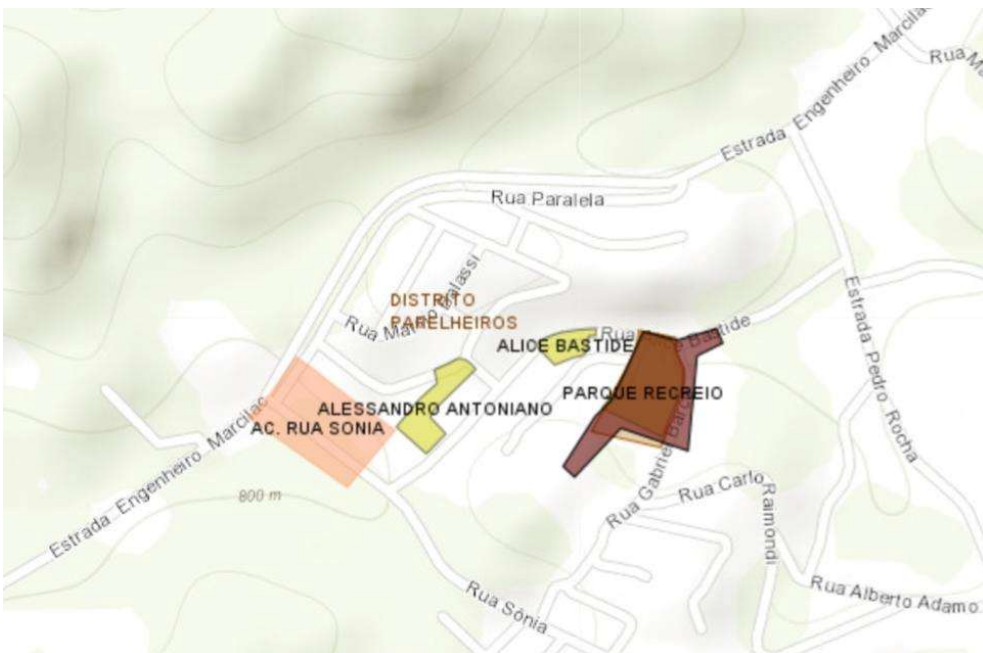
Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com base em pesquisa de campo, buscando compreender os impactos sociais e ambientais das ocupações ilegais em áreas de manancial e da ineficiência e agressão do poder público.

O estudo foi realizado na região de Parelheiros, na Zona Sul da cidade de São Paulo, marcada pela presença de comunidades irregulares, vulnerabilidade social e degradação ambiental. Destaca-se a ocupação localizada no projeto do “Parque Estadual Recreio de Parelheiros”, onde, com a mediação da militante local Keila Pereira, foi possível acessar a área, realizar entrevistas com os moradores e, por meio da escuta ativa, compreender até que ponto eles são afetados pela situação precária a que são induzidos a viver. Ressalta-se que a classe social à qual pertencem é determinante para a qualidade de vida que levam. Para complementar a pesquisa de campo, foi elaborado um questionário no Microsoft Forms, aplicado aos moradores das áreas ocupadas de forma irregular, com o intuito de identificar seu perfil socioeconômico, suas percepções sobre o ambiente em que vivem e as dificuldades

enfrentadas no cotidiano. Além disso, foi desenvolvido um segundo formulário direcionado a moradores de outras regiões da cidade de São Paulo, com o objetivo de analisar o nível de conhecimento e de conscientização da população em geral sobre a situação dessas comunidades e os impactos sociais e ambientais que as ocupações provocam nas áreas de manancial.

Durante a visita à área do Parque Recreio, localizada na região de Parelheiros, foi realizada uma análise do local e dos mapas disponíveis no portal “HabitaSampa”. Por meio da legenda, foi possível identificar que a área está classificada como “Assentamento Precário”, e situada em “Área de Risco Geológico”, representadas pelas tonalidades laranja e marrom, respectivamente.

Figura 1– Mapa da região do Parque Recreio em Parelheiros, indicando a classificação de Assentamento Precário e Área de Risco Geológico.



Fonte: Portal HabitaSampa.

Além disso, foi realizada uma visita à ONG Vivenda da Criança, instituição que atua na região oferecendo suporte social, educacional e cultural às famílias em situação de fragilidade social. Na ocasião, entrevistamos os colaboradores da organização, Flávio Angelo Rocumback e Jamile Almeida Matos, buscando compreender as estratégias utilizadas para atender às demandas emergenciais da população local.

Com o intuito de ampliar a compreensão do tema, foram feitas reuniões virtuais via Google Meet com diferentes representantes. Entre eles, Rodrigo Martins dos Santos, Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental, e Antônio Pedro de Souza (Tonhão), militante da luta por moradia e reforma urbana, cuja experiência oferece base para o entendimento das demandas históricas relacionadas ao direito à cidade. Ademais, as entrevistas conduzidas com Keila Pereira, que viabilizou o acesso às áreas ocupadas, mostraram-se fundamentais para captar de maneira mais próxima a realidade vivida pelos moradores e os desafios cotidianos enfrentados pela comunidade. Nesse contexto, busca-se também compreender a extensão dos danos ambientais decorrentes dessas ocupações, considerando tratar-se de uma região estratégica, rica em mananciais e responsável pelo abastecimento de parte significativa da Grande São Paulo.

Por fim, após a coleta de dados, será produzido um documentário audiovisual a partir dos registros feitos pela câmera de celular das integrantes do grupo e das gravações das entrevistas online. O material trará à tona a realidade enfrentada pela população local, os desafios cotidianos, a atual qualidade dos mananciais, o papel das ONGs no apoio às comunidades, as experiências de militantes ligados às causas de moradia e a visão governamental sobre a situação.

- **Tipo de pesquisa**

A pesquisa é de natureza **qualitativa**, pois busca interpretar a realidade social e ambiental de forma profunda, dando voz aos sujeitos envolvidos. Também possui caráter **exploratório**, já que investiga relações complexas e pouco discutidas entre ocupações irregulares e o crime organizado.

- **Local do estudo**

O campo de estudo está situado na **região de mananciais de Parelheiros**, área ambientalmente protegida que tem sofrido com ocupações irregulares ao longo das últimas décadas. As visitas têm sido realizadas em **ONGs atuantes na região e Ocupações**.

- **Técnicas de coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada por meio de:

- **Entrevistas semiestruturadas** com pessoas moradoras do distrito que são ativas em causas sociais e ambientais, representantes e funcionários de ONGs que atuam diretamente com moradores de áreas irregulares da região e moradores das comunidades;
- **Registro audiovisual** da entrevista com os representantes da ONG, moradores das ocupações e figuras importantes de Parelheiros;
- **Observação direta** durante as visitas, com anotações em diário de campo e, quando possível, registro fotográfico;
- **Análise documental**, da literatura envolta ao tema e com levantamento de materiais produzidos pelas ONGs, reportagens, dados públicos e legislações pertinentes, além dos materiais dos ocupantes.

Durante as entrevistas com os voluntários da ONG, foram abordadas questões relacionadas ao perfil socioeconômico das pessoas atendidas, suas condições de vida, o perfil do povo que reside nas ocupações e bairros mais vulneráveis e percepções sobre a presença do crime organizado, como o mesmo influencia ou participa da vida das pessoas em questão. Buscou-se compreender também a atuação das ONGs na tentativa de mitigar os efeitos da exposição constante as dificuldades presentes nas circunstâncias já citadas.

- **Técnica de análise**

Os dados coletados serão analisados por meio da **análise de conteúdo**, buscando identificar padrões, temas recorrentes e categorias relevantes para os objetivos do estudo. As falas dos entrevistados serão interpretadas à luz da literatura acadêmica sobre urbanização irregular, exclusão social e políticas públicas. Ao término da pesquisa o documentário será exibido, a fim de promover conscientização e conhecimento perante a vulnerabilidade registrada.

DESENVOLVIMENTO

No processo de coleta de dados iniciado para o desenvolvimento do presente artigo, descobriu-se um vasto material para aprofundamento do estudo, podendo-se dividir esta parte do documento em alguns enfoques principais, se iniciando por:

1. Contextualização histórica e social

A formação socioespacial da cidade de São Paulo reflete diretamente as desigualdades sociais e econômicas que marcam o território urbano brasileiro. Desde o processo de urbanização acelerada, intensificado a partir da segunda metade do século XX, grande parte da população de baixa renda foi direcionada para áreas periféricas, processo denominado favelização. Marcado pelo racismo inicialmente e escasso em infraestrutura adequada, se concentrou em locais impróprios para moradia, como encostas, morros, margens de córregos e regiões (atualmente) de proteção ambiental.

Na zona Sul de São Paulo, especificamente na bacia hidrográfica do Guarapiranga, esse processo se intensificou graças ao histórico sofrido. O local foi construído em 1906 pela antiga empresa canadense São Paulo Tramway, Light and Power Company. O objetivo inicial era regularizar o fluxo do rio Tietê para geração de energia elétrica, atendendo ao crescimento urbano e industrial da capital paulista no início do século XX. Com o tempo ela passou a servir para o abastecimento de água potável público de toda a região metropolitana de São Paulo, sendo transformada pela Sabesp, em um dos principais mananciais da cidade. Mais à frente (na década de 1920/1930) a elite paulistana passa a ser atraída pelo local e se instalam ali clubes náuticos, casas de veraneio e áreas de lazer que esbanjavam luxo, consolidando a imagem do corpo hídrico como sinônimo de ostentação da classe média alta da época. Durante essa utilização, não havia nenhuma proibição, não era um ambiente preservado ambientalmente através de legislações, o que traz mais um aspecto a ser analisado: quando pessoas detentoras de poder aquisitivo utilizavam da área, não havia nenhum tipo de problema ambiental? Certamente não. Ainda assim, a complexa teia de problemas que temos atualmente não havia sido inaugurada. Somente por volta de 1970 que esse cenário muda.

Com o processo precário de urbanização e a instalação de indústrias nas proximidades, a classe trabalhadora passa a ter necessidade de moradia e se concentra nas margens do local, com assentamentos precários e comunidades clandestinas, graças à falta de políticas públicas de habitação que se arrastam para os dias atuais. As propriedades antes pertencentes à burguesia passam a ter a presença da classe trabalhadora ilegalmente, com invasões.

Já em 1975 se inaugura um outro tipo de ilegalidade: a Lei de Proteção aos Mananciais é instaurada, e ainda que não torne a moradia nos arredores da Bacia crime, promove

o risco iminente de derrubada dos lares anteriormente construídos, não sendo acompanhada de nenhum tipo de política habitacional.

Nota-se então que esse processo está associado à exclusão social, à falta de políticas habitacionais eficazes e à ausência de um planejamento urbano que contemple a população mais vulnerável. Dessa forma, famílias que não conseguem acessar o mercado formal de habitação acabam encontrando nos loteamentos clandestinos a única alternativa para garantir um espaço de moradia.

Como estabelecido no artigo de Okamura e Lolive, no caso analisado há uma rede de *interessamento* (LOLIVE, Jacques e OKAMURA, Cintia, 2020) entre os moradores, os loteadores ilegais, certos políticos e o poder público. A rede “*se organiza de acordo com a seguinte problematização: as ocupações irregulares nas áreas ambientais protegidas são uma solução para os problemas de habitação das populações pobres*”. Se torna constrangedor entender a fundo o problema, já que os múltiplos interesses se cruzam de forma a se apoiarem uns nos outros:

- O poder público se “isenta” do problema da moradia com a população mais pobre habitando alguma área (mesmo que em condições impróprias);
- Os ocupantes passam a ter um local para habitar;
- Os políticos que apoiam os moradores prometendo a regularização fundiária mesmo que incerta, tratam o processo eleitoral com o comum clientelismo;
- Os loteadores ilegais continuam a lucrar, vendendo o sonho da casa própria a famílias que não possuem condições para acessar o mercado imobiliário formal.

Dessa forma, o caso toma dimensões imensuráveis, se alastrando de forma incontrolada por todo o distrito de Parelheiros.

2. A política ambiental e habitacional de Parelheiros

Nas entrevistas coletadas, o único contato com uma figura de fato governamental com quem se conseguiu um diálogo foi com Rodrigo Martins dos Santos (Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental), que tem como função principal a fiscalização ambiental, o levantamento fundiário, a desapropriação, a demarcação e a gestão de

unidades de conservação. As informações que se extraíram dessa conversa foi a que se estabeleceu como um dos principais aspectos que o presente artigo tem a destacar: o setor ambiental não se responsabiliza pelo social e habitacional, já que a função (principalmente do entrevistado) se limita a garantir que a Unidade de Conservação seja estabelecida em toda sua integralidade, mesmo que isso implique a desapropriação de uma comunidade pré-estabelecida.

Não se pontua aqui que órgãos relacionados ao meio ambiente sejam obrigados a lidar com todos os desafios simultaneamente, mas que há a iminente necessidade de que os setores em sua totalidade, lidem com os impasses de forma conjunta, não separatista.

Na área referente a moradia, se desenvolveu uma conversa principalmente com os moradores, que por uma questão de sobrevivência se organizam numa verdadeira luta em busca do morar. Os residentes da Ocupação do Parque Estadual Recreio de Parelheiros (área ocupada há cerca de 16 anos), com os quais se estabeleceu um diálogo proveitoso, se uniram em uma associação organizada que busca o contato com os órgãos públicos, a fim de conquistar a regularização fundiária. A comunidade, como relatado pela mesma, já foi ludibriada por um advogado golpista, que fez promessas encantadoras de regularização e conseguiu quantias altas tiradas dos moradores, que tendo poder aquisitivo mínimo faziam enormes esforços para tal. Ainda que seja evidente que o estabelecimento de habitats seja imprescindível, é necessário encontrar alternativas que unam a estabilização das Unidades de Conservação, a preservação dos mananciais e o direito a um lar. Esse objetivo só seria atingido com políticas ambientais e de habitação que contemplassem de forma plena o processo, promovendo moradias sustentáveis e com infraestrutura básica.

Antônio Pedro de Souza (Tonhão) militante da luta por moradia e reforma urbana, trouxe dados ricos sobre sua atuação, pontuando que atualmente, o sistema capitalista tem transformado os lares em um mero negócio lucrativo, não mais um direito básico garantido pela Constituição Federal de 1988 (Art.6º). Isso é evidenciado no processo de inacessibilidade das famílias ao mercado imobiliário, elas não possuem condições financeiras para acessar um direito, portanto, a falha sistemática é imensurável. Na cidade de São Paulo em 2021, o IBGE apontou que haviam cerca de 1,3 milhão de imóveis desocupados, enquanto o número de pessoas em situação de rua foi estimado em 31.000 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em seu

Levantamento de Dados sobre População em Situação de Rua (2021). O problema habitacional na metrópole mais rica do país quando se refere a PIB (IBGE, 2021) está se agravando cada dia mais, caminhando para um futuro desastroso inevitável, caso medidas eficientes não sejam tomadas. O caso analisado no presente artigo é um dos reflexos da imensidão do embaraço para onde se direciona a situação.

Tonhão destaca que a compreensão do problema de se morar em áreas de manancial é presente em sua parte, já que as pessoas fazem parte de um ecossistema equilibrado, sem elas de maneira nenhuma o haverá, portanto ele reconhece a falha do poder público e a necessidade de uma atitude que responsabilize de forma substancial os envolvidos.

RESULTADOS

A partir da pesquisa de campo e das entrevistas realizadas, constatou-se que a realidade das ocupações em áreas de mananciais na região de Parelheiros, reflete não apenas a escassez de políticas públicas adequadas, mas também uma negligência histórica do poder público em atender as necessidades básicas da população em situação de exclusão social. Além disso, observou-se que as condições de vida desses moradores são precárias, com extrema falta de infraestrutura, incluindo ausência de energia elétrica, saneamento básico e acesso à saúde.

O estudo evidenciou que os residentes dessas comunidades são, em sua maioria, ignorados pelos programas habitacionais do governo. A falta de assistência efetiva para regularizar a situação dessas ocupações, ou mesmo para integrar essas pessoas à cidade de maneira digna, resulta em graves carências. A infraestrutura básica, como energia elétrica, água potável e coleta de esgoto, é precária e/ou inexistente, colocando a saúde e a segurança dos moradores em risco constante.

As condições de vida nessas áreas de Parelheiros são desumanas, com muitas famílias vivendo em condições insalubres e com medo constante de despejos ou repressão. A ausência de ações governamentais efetivas torna essas populações vulneráveis a uma série de problemas, como o aumento das doenças, falta de acesso a serviços de emergência e até mesmo ao suporte psicológico. Esse cenário de

descaso é uma clara evidência de que o Estado falhou em sua responsabilidade de assegurar condições mínimas de dignidade para todos os cidadãos, como determina a Constituição Brasileira.

A necropolítica, conceito desenvolvido pelo filósofo Achille Mbembe, pode ser uma chave importante para entender as condições de vida nas ocupações ilegais em Parelheiros. Ela trata do controle e da gestão da vida e da morte, e em muitas situações, o governo não apenas falha em oferecer condições básicas de sobrevivência, mas também ativa uma forma de violência estrutural contra as populações em situação de exclusão social. Essa compressão se manifesta de diversas formas, como despejos forçados, sem que seja oferecida uma solução habitacional digna, agressões físicas e psicológicas por parte das autoridades, como a polícia e os agentes de fiscalização e exposição à morte prematura devido à falta de infraestrutura básica, como saneamento e acesso a serviços de saúde. Portanto, não é apenas uma questão de falta de ação do governo, mas de uma omissão ativa que perpetua a violência estrutural contra as populações mais pobres. Esse fenômeno se manifesta não só pela exclusão social, mas também pela criminalização das ocupações e pela imposição de um tratamento desumano e hostil às pessoas que buscam simplesmente uma solução para sua moradia.

A pesquisa também revelou que a ineficácia das políticas de moradia é um dos principais fatores que contribuem para o surgimento e a permanência dessas comunidades irregulares. A falta de planejamento urbano, a ausência de regularização fundiária e a limitação de investimentos em habitação social são questões cruciais que têm gerado a formação de ocupações irregulares em áreas de risco, como os mananciais de Parelheiros.

Além disso, as políticas habitacionais existentes não têm conseguido atingir as populações mais vulneráveis. Programas como o “Minha Casa, Minha Vida” e outros voltados para a habitação social frequentemente não são acessíveis a todos os cidadãos que precisam de moradia. O alto custo dos imóveis e a escassez de alternativas nas regiões centrais da cidade empurram as famílias para áreas periféricas, ampliando o número de ocupações irregulares.

O poder público tem sido incapaz de criar alternativas sustentáveis para crise habitacional, limitando-se a ações pontuais e, por vezes, punitivas, como os despejos, sem oferecer soluções reais e duradouras.

As entrevistas com representantes de organizações locais e movimentos sociais evidenciaram o papel essencial da sociedade civil na mediação de conflitos e no apoio direto às comunidades. A ONG “Vivenda da Criança”, por exemplo, oferece suporte social e educativo, embora sua atuação ainda seja limitada diante da dimensão do problema. Tais iniciativas, apesar de fundamentais, não conseguem suprir a ausência de um planejamento público estruturado e permanente.

4. A Exclusão Social e o Tratamento Hostil pelo Governo

Além da falta de infraestrutura básica, as pessoas que vivem nessas ocupações enfrentam um tratamento hostil por parte das autoridades públicas. A violência policial, a criminalização das ocupações e a discriminação social são barreiras adicionais que tornam a vida dessas pessoas ainda mais difícil. Durante a pesquisa, foi possível perceber que as ocupações são vistas pelas autoridades como "problemas" a serem erradicados, e não como reflexos de um **déficit habitacional estrutural** que precisa ser enfrentado com políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Esse tratamento hostil resulta em **violação dos direitos humanos**, com moradores sendo submetidos a abusos físicos e psicológicos, e muitas vezes sendo forçados a viver em um estado constante de medo e incerteza.

Por meio do formulário aplicado, foi possível constatar que todos os participantes residem no estado de São Paulo. Dentre eles, 67% afirmaram morar nas proximidades de rios ou lagos, enquanto 6% não souberam informar.

4. Na proximidade de onde você mora existem rios, lagos, represas ou aquíferos?

[Mais detalhes](#)

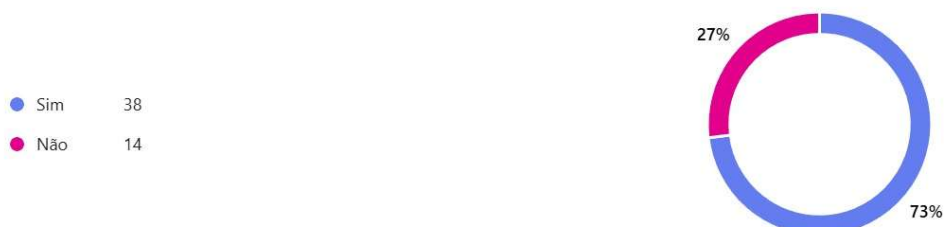


Esse dado indica que a maior parte dos respondentes vive em áreas próximas a mananciais, o que reforça a relevância do tema abordado. Além disso, a falta de conhecimento de uma parcela dos entrevistados sobre o tipo de região em que vivem levanta o questionamento sobre o nível de consciência da população a respeito da importância ambiental e social das áreas de manancial.

Observou-se também que 77% dos participantes afirmaram saber o que é uma área de manancial, enquanto 23% declararam não possuir esse conhecimento.

5. Você sabe do que se trata uma área de Manancial ?

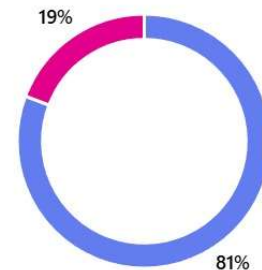
[Mais detalhes](#)



Quando questionados sobre a função dessas áreas, 81% reconheceram que os mananciais correspondem a corpos d'água utilizados para o abastecimento público, demonstrando certa compreensão sobre sua relevância ecológica e social.

6. Você sabia que áreas de mananciais são rios, lagos, represas e/ou aquíferos que servem de abastecimento para a população?

● Sim	42
● Não	10

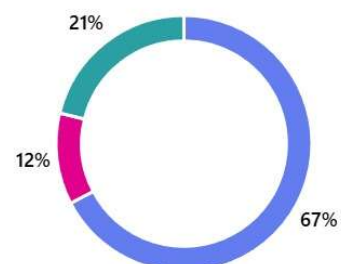


Em relação aos impactos das ocupações irregulares, a maioria dos respondentes reconheceu que esse tipo de ocupação pode afetar diretamente a qualidade da água e a saúde pública. Diversas respostas destacaram a falta de saneamento básico como um dos principais problemas associados às áreas ocupadas, o que se confirma na comunidade estudada em Parelheiros.

No que diz respeito à responsabilidade pela proteção dessas áreas, 67% dos participantes consideram que o governo deve ser o principal responsável, enquanto o restante acredita que essa função deve ser compartilhada entre o poder público e a população.

8. Na sua opinião, quem deve ser responsável por proteger áreas de manancial ? (que servem de abastecimento para as residências)

● Governo	35
● População	6
● Outra	11



Por fim, 94% dos entrevistados afirmaram que participariam de projetos, palestras ou ações educativas sobre o tema, e destacaram a importância de que as escolas abordem a questão dos mananciais e das ocupações irregulares em seus currículos.

Como parte dos resultados deste trabalho, realizamos a produção de um documentário que reúne relatos diretos dos moradores das ocupações, dando voz a suas histórias,

dificuldades e perspectivas. Este documentário também inclui entrevistas com algumas pessoas públicas e especialistas, que trazem diferentes visões sobre o problema das ocupações ilegais em áreas de mananciais e a atuação (ou falta dela) do poder público.

Esta produção audiovisual não apenas complementa a pesquisa escrita, mas também busca sensibilizar a sociedade e os tomadores de decisão, mostrando a realidade humana por trás dos números e das políticas públicas. O documentário é um instrumento importante para ampliar o debate e promover uma reflexão mais profunda sobre a necessidade de políticas públicas mais humanas e eficazes para essa população.

Com o objetivo de disseminar o conteúdo e promover o debate no ambiente escolar, o documentário produzido no âmbito do TCC foi apresentado no auditório da ETEC Júlio de Mesquita para as turmas: 2º A, 3º B, 2º C, 2º D, 1º E, 1º F, 2º F, 3º F, 1º I e 2º I. Essa exibição contribuiu para incentivar a reflexão crítica entre os estudantes.

Figura 3– Exibição do documentário produzido no TCC para as turmas da ETEC Júlio de Mesquita.



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 4– Exibição do documentário produzido no TCC para as turmas da ETEC Júlio de Mesquita.



Fonte: arquivo pessoal.

5. Conclusão

O estudo sobre as ocupações ilegais em áreas de mananciais na região de Parelheiros, Zona Sul de São Paulo, permitiu compreender a complexidade da questão habitacional na cidade e como a ineficiência das políticas habitacionais, somada à falta de integração entre as esferas ambiental e social, tem produzido um cenário em que a sobrevivência da população pobre é criminalizada, enquanto o direito à moradia digna e o dever de preservação ambiental permanecem em constante conflito.

Constatou-se que as famílias que habitam essas áreas vivem em condições precárias, sem acesso a saneamento básico, infraestrutura e segurança territorial. A ausência de diálogo entre governo e comunidade, somada à atuação punitiva do poder público, aprofunda a sensação de abandono e perpetua o ciclo de exclusão. Assim, o Estado, ao invés de atuar como garantidor de direitos, reforça a marginalização daqueles que mais necessitam de proteção.

Medidas como a regularização fundiária, expansão de políticas habitacionais acessíveis e desenvolvimento de alternativas sustentáveis de moradia são algumas das medidas que podem ajudar a mitigar essa situação de desigualdade e violência.

Contudo, é fundamental que as medidas institucionais sejam mais sensíveis às realidades locais e considerem as necessidades reais das populações em situação de vulnerabilidade, priorizando a dignidade humana e o direito à cidade para todos os cidadãos.

Dessa forma, compreende-se que os problemas das ocupações ilegais em áreas de manancial não são apenas ambientais, mas estruturais e políticos. Portanto, exigem abordagens integradas, que combinem educação ambiental, políticas habitacionais sustentáveis e a participação ativa das comunidades nas decisões que afetam seus territórios.

6. Referências

OKAMURA, C.; Política Pública da Água: o exemplo da pesquisa-ação sobre ocupações irregulares em áreas protegidas na Bacia Hidrográfica do Reservatório do Guarapiranga em São Paulo. Disponível em: < <https://shs.hal.science/halshs-02943488/document>>. Acesso em: 21 de fev. 2025.

VIDAL, V. C. Área de proteção e recuperação dos mananciais – Guarapiranga (APRM-G) sob ameaça: uma nova forma de produção ilícita de loteamentos irregulares no município de São Paulo. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/97f54b21-946a-4a03-914f-02881a0ceda8/download?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 28 de mar. 2025

BORELLI, E.; A Bacia do Guarapiranga: ocupação em áreas de mananciais e a legislação ambiental. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, n. 25, p. 189, outubro 2006. Acesso em: 22 de fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 maio 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SÃO PAULO (Cidade). HabitaSampa – Portal de informações urbanas e habitacionais.
Disponível em: <<https://mapa.habitasampa.inf.br/>>. Acesso em: 17 de out. 2025.